

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: A vez do gás natural	2
Título: Suspiros	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Um lugar ao sol	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Agronegócio de São Paulo	7
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Gerdau negocia usinas do México e Índia	8
Título: Impasse agrava situação da Sete Brasil	10
Título: Mercado espera por extensão do plano de corte da Opep	12
Título: Petrobras prevê economia com redução de jornada de trabalho	13

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: A vez do gás natural**

BNDES vai assessorar estados na venda de distribuidoras. Sete já sinalizaram interesse.

Depois de avançar no setor de saneamento, a venda de distribuidoras estaduais de gás natural é o novo alvo do programa de desestatização do BNDES. O banco já tem sinalização de sete estados interessados em vender integral ou parcialmente suas participações nas empresas, entre eles o de Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. O objetivo é elevar a capacidade de investimentos das companhias, para expandir a malha de dutos e atingir novos clientes, além de levantar recursos para os estados num momento em que atravessam grave crise fiscal. A previsão é fazer os leilões no terceiro trimestre de 2018.

Hoje, com exceção de duas distribuidoras no Rio (Ceg e CegRio) e duas em São Paulo (Comgás e Gas Natural Fenosa), as demais 22 distribuidoras no país têm controle estatal. Na maior parte delas, os governos estaduais detêm 51% das ações com direito a voto. O restante ou está nas mãos da Gaspetro (sociedade entre Petrobras e a japonesa Mitsui) ou está dividido entre ela e sócios minoritários privados. A própria Mitsui, além da participação via Gaspetro, está presente diretamente em algumas distribuidoras.

Para especialistas, a entrada de novos investidores privados nas distribuidoras pode ajudar a massificar o consumo de gás natural no Brasil, ainda muito reduzido, com vantagens para os consumidores. O gás natural canalizado é realidade em apenas 440 dos 5.570 municípios brasileiros, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). E está presente em apenas três milhões de residências, de um universo de 68 milhões de domicílios no país. Aonde ele não chega é preciso recorrer ao GLP (gás de botijão) ou a lenha, por exemplo, para esquentar comida.

SEIS ESTADOS NÃO TÊM REDE DE DISTRIBUIÇÃO

— O gás natural é mais seguro e mais prático que o GLP. Você não precisa comprar ou se preocupar em armazenar o botijão. Basta ligar o fogão. Além disso, ele é mais uma opção de fonte de energia para a indústria ou para o comércio, menos poluente que o petróleo. Na nossa matriz energética, o gás responde por apenas 10%, contra uma média mundial de 25% — afirma Edmar de Almeida, do Grupo de Economia de Energia da UFRJ.

A possível privatização das distribuidoras de gás ocorre num cenário em que a Petrobras vem batendo em retirada do setor. Em 2016, a estatal vendeu 90% de sua malha de gasodutos no Supara a canadense Brookfield e busca investidores para a malha no Nordeste. No ano anterior, acertara a venda de 49% da Gaspetro para a Mitsui. Paralelamente, o governo federal quer promover uma reforma do setor e atrair mais investidores privados para a área de exploração e produção de gás, dominado pela Petrobras. As ações com este fim estão reunidas no programa "Gás para Crescer". — O governo vem trabalhando para que, em 2030, a atual produção de gás mais que duplique. Hoje, nosso mercado de gás é do tamanho da Argentina, um país com população bem menor que a brasileira.

Acreditamos que o número de estados produtores pode passar dos atuais oito para 16 — disse o secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix. O BNDES vai assessorar a contratação de estudos técnicos para avaliar as distribuidoras estaduais e apontar o melhor modelo de participação da iniciativa privada nas empresas, além de auxiliar na formatação dos leilões. Semana passada, os governadores de Pernambuco, Paulo Câmara, e do Espírito Santo, Paulo Hartung, estiveram na sede do banco, no Rio, para discutir o assunto. — Somou-se a estratégia do MME à demanda dos governos estaduais, cuja decisão tem dois vetores: o potencial benefício fiscal com a alienação (venda) do ativo e, tão ou mais importante, a possibilidade de promover o desenvolvimento a partir da expansão do acesso ao gás — afirmou Rodolfo Torres, responsável pelo programa de desestatização do BNDES.

Em Pernambuco, por exemplo, um dos objetivos com a venda da fatia estatal na Copergás é viabilizar o investimento na ampliação da malha de gasodutos, levando o gás encanado ao pólo de gesso de Araripe, no oeste do estado, que responde por 95% da produção de gesso nacional. Outra meta é levar o gás natural às áreas onde a caatinga é usada clandestinamente para fazer lenha. Hoje, a rede da distribuidora atende 28 municípios, concentrados na Zona da Mata.

O governo pretende ainda usar a venda de sua participação na companhia para se capitalizar e investir em outros setores. — Temos que captar recursos para fazer frente aos desafios de investimento. Tivemos a maior seca dos últimos tempos e precisamos ampliar adutoras. Isso acontece num momento em que houve frustração de receita, com a paralisação de obras na Refinaria de Abreu e Lima. O projeto da refinaria previa duas linhas de produção mas apenas uma foi concluída, reduzindo nossa expectativa de arrecadação — disse o secretário de Planejamento e Gestão de Pernambuco, Márcio Stefanni, adiantando que o governo pretende vender integralmente sua fatia na Copergás.

A constituição de 1988 assegurou aos estados a competência de explorar, diretamente ou mediante concessão, a distribuição de gás natural. Como cabe aos governos estaduais definir o modelo e as metas de atendimento, salienta

Joísa Dutra, diretora do Centro de Regulação e Infraestrutura da FGV, muitos estados não traçam objetivos agressivos. O resultado é que seis deles — GO, MA, MT, PA, PI e AP —, além do Distrito Federal, não têm um quilômetro sequer de malha para distribuir o gás. — Estamos diante de uma oportunidade única para abrir o setor e superar essas dificuldades. O cenário é propício, com o reposicionamento da Petrobras, a estratégia em âmbito federal de atrair capital privado para o segmento e o BNDES disposto a fazer a modelagem — frisou Joísa.

Além de ampliar a capacidade de investimento das empresas, a venda de seu controle à iniciativa privada abre espaço para melhorar a regulação do setor, na opinião de Almeida. Ele avalia que, hoje, há conflito de interesse porque ora o estado regula em nome dos consumidores, ora em causa própria, já que é majoritário nas companhias. Para o economista, a abertura na distribuição também ajuda a atrair competidores para a área de produção. Atualmente, há cerca de 30 produtores de gás no país, mas todos vendem o insumo para a Petrobras porque não conseguem competir com ela no fornecimento às distribuidoras.

Segundo Torres, do BNDES, já há discussões com potenciais interessados nas participações dos estados. Um dos grupos é a espanhola Gas Natural Fenosa, que controla a Ceg e a CegRio. A companhia diz "estar avaliando todas as propostas do mercado de distribuição de gás no Brasil". Diz ainda acreditar que "a concessão dessas distribuidoras a operadores privados com know how e capacidade de investimento poderá contribuir para a aceleração da universalização do uso do gás".

PETROBRAS E MITSUI: DIREITO DE PREFERÊNCIA

A venda do controle das companhias, porém, não será simples, pois os atuais sócios — Gaspetro e Mitsui — têm direito de preferência sobre a venda. Uma primeira reunião entre BNDES e Petrobras para discutir o assunto foi feita em janeiro. Segundo fontes, a Mitsui teria interesse em ampliar sua fatia das empresas, seja via Gaspetro, seja diretamente. Procurada, a companhia japonesa não se manifestou. A Petrobras tampouco fez comentários. Na avaliação de um ex-executivo da estatal, a saída da petrolífera do segmento seria "um tiro no pé", pois ela ficaria "refém" de quem controlar as distribuidoras. Nos anos 90, a Petrobras ingressou nas empresas estaduais justamente para assegurar demanda para seu gás.

Há ainda o caso do Espírito Santo, onde a Petrobras detém 100% da distribuidora local, via BR Distribuidora. O contrato entre governo e BR foi firmado em 1993, sem licitação e com prazo de 50 anos, o que foi considerado irregular pela Justiça ano passado. O governo tem até 2018 para regularizar a situação. O secretário do Desenvolvimento capixaba, José Eduardo Azevedo, explica que há dois modelos

em estudo: criar uma empresa tripartite — estado, sócio privado e BR — ou uma sociedade entre estado e BR, com objetivo de vender a fatia estatal futuramente. As negociações com a BR estão em andamento. Caso não evoluam, o contrato será rescindido e será feita nova concessão. Procurada, a BR não retornou a ligação.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: George Vidor

Título: Suspiros

A Petrobras com o balanço no azul e o aumento de arrecadação no Estado do Rio não deixam de ser um alívio ao meio de toda essa confusão.

Duas notícias servem como um sopro de ânimo para a economia no meio de mais delações na Operação Lava Jato que deixam qualquer um de cabelos arrepiados. A primeira, de certa forma, envolve a Lava Jato, mas já por um ângulo positivo, pois pela primeira vez a Petrobras divulga um balanço trimestral limpo de toda essa sujeira. E finalmente os lucros reapareceram nos demonstrativos financeiros da maior companhia brasileira. Ainda são resultados modestos para uma empresa cuja produção diária de petróleo passa de 2,2 milhões de barris. Mas é um alívio, significa que a política de preços para os combustíveis adotada pela Petrobras, acompanhando as cotações internacionais, é a apropriada. Evidentemente que o consumidor tem se beneficiado da fase de preços baixos preços do petróleo no mercado interacional. Isso não será para sempre.

Por outro lado, o câmbio também tem contribuído para que não haja oscilações tão bruscas nos preços internos dos combustíveis. O real tem sofrido algumas desvalorizações, mas isso se deve ao quadro político. O mercado brasileiro de câmbio é muito suscetível a movimentos especulativos, devido à elevada proporção de derivativos e negócios futuros. A parcela de compra e venda diárias de moeda estrangeira para pagamentos, remessas, turismo, etc. é relativamente pequena diante do volume de negócios futuros.

No entanto, é o considerável saldo da balança comercial que tende a garantir essa estabilidade no câmbio. Para 2017, já se projeta um saldo recorde US\$ 55 bilhões, puxado pelo incremento nas exportações. Se a esse valor forem somados os investimentos diretos de capitais estrangeiros, daria com sobra para o Brasil honrar todos os seus compromissos este ano no exterior.

Só não há uma valorização do real porque a conjuntura política ainda não traz confiança na área financeira. O fluxo de câmbio (entrada e saída de moeda) tem sido positivo pelo lado comercial, em função das exportações, mas está sempre

capengando no lado financeiro. Os especialistas ainda não conseguiram decifrar porque isso ocorre.

Porém, tratando-se da Petrobras, a combinação de política de preços adotada com o câmbio relativamente estável está mesmo ajudando a empresa a sair do sufoco. Evidentemente que a recuperação só virá quando a Petrobras reduzir a enorme dívida que contraiu nos tempos tresloucados. Não se sai de um quadro desses sem a venda de ativos, de patrimônio, ou passando adiante negócios que não tragam tanto retorno no curto prazo. Manter a refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, não faz sentido, por exemplo. E ao que tudo indica, a Petrobras vai se desfazer dela.

A outra notícia positiva foi o primeiro aumento de arrecadação tributária no Estado do Rio de Janeiro. O fisco estadual arrecadou em abril mais ICMS, o imposto que traduz exatamente o que está acontecendo no consumo. Não houve qualquer fato extraordinário que causasse esse incremento. É cedo para sair comemorando, mas já pode ser um sinal de recuperação. A crise no Estado do Rio é traumatizante. O problema da segurança pública se agravou, serviços se deterioram, e a capacidade de investimento da máquina estadual foi a zero. A população almeja ansiosamente por algum sinal de recuperação. Tomara que já seja esse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Um lugar ao sol

A Usiminas se volta para o mercado de energia solar ao fornecer estruturas metálicas para a aplicação em painéis fotovoltaicos, que convertem radiação solar em eletricidade.

A Soluções Usiminas, empresa de beneficiamento do aço da siderúrgica, fabrica perfis e tubos para a geração de energia solar.

"Concorremos com produtos de acordo com a necessidade dos clientes, já prontos para serem instalados", diz Ascanio Merrighi, diretor-executivo da Soluções Usiminas.

A Usiminas não tem a mesma flexibilidade.

Se forem feitos os investimentos necessários no setor, o Brasil poderá ser um dos maiores geradores de solar do mundo, afirma.

O resultado da Soluções cresce em participação na da empresa mãe. No primeiro trimestre de 2017, o Ebitda (lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização) foi de R\$ 37 milhões -contra R\$ 3 milhões no mesmo período de 2016.

R\$ 567 milhões foi a receita líquida da Soluções no primeiro tri de 2017

R\$ 2,35 bilhões foi a receita líquida da Usiminas no período

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & Informações

Autor:

Título: Agronegócio de São Paulo

A atividade primária, isto é, aquela diretamente ligada à produção vegetal e animal, foi a principal responsável pelo ótimo desempenho do agronegócio no Estado de São Paulo no ano passado. Com crescimento estimado em 19,7%, o chamado segmento primário – que inclui o trabalho "dentro da porteira da fazenda", como dizem os especialistas – estimulou todos os demais segmentos do agronegócio, que, no resultado acumulado, cresceu 7,4% em 2016.

Esse resultado, que engloba todo o ano de 2016, é um pouco superior à estimativa apresentada em fevereiro, com dados até outubro. O estudo é de responsabilidade da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo. A pesquisa mostra que dois itens dos quais o Estado de São Paulo é líder da produção nacional – açúcar e laranja, que registraram, respectivamente, aumentos de mais 45% e de mais de 35% no valor da produção – foram os que mais impulsionaram o agronegócio paulista. (...)

Mesmo registrando o desempenho mais modesto entre todos esses setores, o de insumos teve expansão de 4,8%. A forte contração dos investimentos em máquinas e equipamentos agrícolas, reflexo da baixa confiança dos produtores, foi compensada pelo crescimento do faturamento dos segmentos de combustíveis, fertilizantes e defensivos.

Além do açúcar, por causa do grande aumento do volume produzido, e da laranja, cuja produção foi estimulada pela forte recuperação dos preços internacionais, o segmento primário foi favorecido pelo expressivo aumento da produção de outros itens de peso relevante no volume total, como algodão e café.

O setor industrial cresceu 5,9%, sobretudo por causa das indústrias de café, óleo de soja, açúcar e etanol. Das indústrias cujo desempenho é acompanhado de perto pela pesquisa da Fiesp e do Cepea, a açucareira foi a que mais cresceu no ano passado, estimulada tanto pelo aumento da produção como pela recuperação dos preços. No caso do etanol, a queda da produção foi mais do que contrabalançada pelo aumento dos preços reais.

Uma combinação de fatores bastante favoráveis compensou os impactos dos fatores negativos. O principal destes é a persistência da crise em que o País mergulhou em 2014 em razão do desastre da política fiscal do governo de Dilma Rousseff. Seus resultados são, entre outros, a deterioração do mercado de trabalho, que levou 14,2 milhões de trabalhadores ao desemprego, reduziu a renda real dos que conseguiram manter-se no emprego e fez cair drasticamente a demanda interna. A crise reduziu os investimentos públicos e privados e provocou a forte redução do Produto Interno Bruto (PIB) nos dois últimos anos.

Começa-se, por meio de reformas e outras medidas de austeridade fiscal, a restabelecer o equilíbrio das contas do governo e, assim, a eliminar do cenário econômico o principal gerador das incertezas com relação ao futuro próximo. Quanto mais rápido o empresário recuperar a confiança, mais rápida será a retomada do crescimento. Por seu desempenho recente, o agronegócio mostra estar adequadamente preparado para esse momento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Ivo Ribeiro

Título: Gerdau negocia usinas do México e Índia

O grupo Gerdau está com negociações avançadas para vender uma das duas siderúrgicas que controla no México, a Sidertul, disseram ao Valor fontes com conhecimento da operação. O negócio está em linha com a intenção da companhia de manter no portfólio ativos de maior rentabilidade e conseguir engrossar o caixa saindo de subsidiárias que não dão o retorno desejado.

A siderúrgica de Tultitlán, na região metropolitana da Cidade do México, foi adquirida pela Gerdau em 2007, por US\$ 259 milhões (cerca de US\$ 300 milhões de hoje, considerando a inflação). Sua capacidade de laminação de aços longos comuns é de 400 mil toneladas por ano.

No México, essa é a que mais depende da demanda nos Estados Unidos. Apesar de a perspectiva de consumo de aço nos EUA seguir promissora, o perfil protecionista de Donald Trump - e sua intenção de se afastar do vizinho - pode prejudicar esse negócio.

Procurado, o grupo gaúcho informou que não comenta "rumores de mercado". Mas ressaltou que "segue com sua estratégia de avaliação de seus ativos, visando focar seus esforços naqueles que geram maior rentabilidade".

Além da Sidertul, a empresa gaúcha controla a Gerdau Corsa no país. Com instalações mais modernas, após investimento de US\$ 600 milhões concluído em 2015, a unidade pode processar 700 mil toneladas de aço laminado ao ano e se concentra em perfis estruturais, com foco voltado para o mercado mexicano.

No ano passado, a Gerdau acelerou um programa de ajuste do seu portfólio de negócios nas Américas, Europa e Índia. Um dos principais ativos que passou à frente foi a siderúrgica espanhola de aços especiais Sidenor, por € 155 milhões. Poderá receber mais € 45 milhões em cinco anos. "Frente aos desafios globais da indústria do aço, estamos buscando gerar mais valor de mercado e ampliar a competitividade de nossas operações, mantendo o endividamento sob controle", disse, na época, seu presidente, André Gerdau Johannpeter.

Também em aços especiais, o grupo está em fase avançada de negociação do controle ou fazer uma joint venture da SJK Steel Plant, usina situada em Tadipatri, na Índia. A aquisição foi feita dez anos atrás, numa joint venture com o grupo local Kalyani, criando a Kalyani Gerdau Steel. Por 45% da empresa, a Gerdau pagou US\$ 73 milhões. Em 2012 assumiu o controle, passando a deter 91,3%.

Os sócios previam uma expansão, elevando a capacidade de aço bruto de 250 mil para 1,6 milhão de toneladas ao ano, com investimentos de até US\$ 300 milhões. Esse plano não evoluiu - a empresa continua fazendo 300 mil toneladas de aço laminado. O alvo, à época, era a crescente demanda indiana desse tipo de aço pelos setores automotivo e da construção civil.

Saindo da Índia, toda a operação internacional do grupo ficará concentrada nas Américas.

Nessa estratégia, a Gerdau informa em suas apresentações que obteve R\$ 2,4 bilhões com venda de 13 ativos de 2014 ao fim do ano passado - sendo R\$ 13, bilhão apenas em 2016. Neste ano, conseguiu mais R\$ 441 milhões ao alienar 50% da Diaco, da Colômbia, e nove ativos em aços especiais e para construção civil nos EUA.

A meta da companhia, até o fim de 2018, é arrecadar até R\$ 1,5 bilhão em novas transações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes****Título: Impasse agrava situação da Sete Brasil**

Um ano depois de ter pedido recuperação judicial, a Sete Brasil continua com futuro incerto. A empresa e seus credores e acionistas, incluindo a Petrobras, não chegaram a consenso para aprovar o plano de recuperação judicial da companhia. A Sete foi criada para gerenciar portfólio de 28 sondas de perfuração de poços de petróleo para a Petrobras, em investimento de US\$ 27 bilhões, mas o projeto fracassou com o envolvimento de ex-administradores da empresa na Lava-Jato. Hoje, a Sete Brasil tenta tornar viável a conclusão de até quatro unidades com obras mais avançadas, mas esse é um cenário otimista que depende de acordo entre as partes. A falta de entendimento entre sócios e credores torna a falência da empresa uma possibilidade real.

Em 26 de junho haverá assembleia de credores da empresa para tentar aprovar um novo plano de recuperação judicial da empresa. Caso a Sete Brasil consiga reunir sócios e credores em torno de um acordo para concluir até quatro sondas os credores poderiam recuperar 20% do valor dívida, trazido a valor presente, ao longo do tempo em que as sondas operarem (20 a 25 anos). Já os acionistas, se tudo der certo, poderiam recuperar 10% do que investiram, também a valor presente, dizem fontes.

Os sócios da Sete, incluindo bancos e fundos de pensão, aportaram R\$ 8,3 bilhões na empresa, mas os investimentos foram quase todos declarados como perda. A empresa é controlada pelo FIP Sondas, que tem como cotistas Petrobras, Petros, Funcef, Previ e Valia, Santander, Fundo Strong, BTG Pactual, Lakeshore, Luce Venture, EIG e FI-FGTS. Até a próxima assembleia de credores, ela vai tentar equacionar os impasses. A ideia é chegar à assembleia com um novo plano. "Será feito aditamento ao plano original", disse fonte.

Cenário otimista prevê conclusão de quatro sondas mais avançadas, mas estaleiros da Ásia resistem a dar dinheiro

Em abril, venceu o prazo de 180 dias que garantia proteção à Sete contra execuções e pedidos de falência, mas a companhia conseguiu a prorrogação desse prazo por mais 90 dias.

Pelo plano de recuperação, o dinheiro obtido com o afretamento das unidades por 25 anos garantiria fluxo de receitas para pagamento da dívida. Quando ingressou com o pedido de recuperação judicial no Tribunal de Justiça do Rio de

Janeiro (TJ-RJ), em 29 de abril de 2016, a Sete Brasil reconheceu dívidas de R\$ 18 bilhões, incluindo uma parte em moeda estrangeira de US\$ 3 bilhões.

Um dos impasses para o acordo está no fato de o plano de a Sete ter previsto que 20% do fluxo de caixa remanescente da operação das sondas, depois do pagamento dos compromissos, iria para os acionistas. E os outros 80% para os credores. Parte dos bancos credores não concorda com a proposta. Não há consenso entre os próprios credores em relação à aprovação do plano da Sete. Cerca de 70% da dívida da empresa está com instituições públicas, incluindo Banco do Brasil, Caixa, Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN) e FI-FGTS. Itaú, Bradesco e Santander respondem pelos 30% restantes.

Há duas unidades mais adiantadas. A sonda Arpoador, do estaleiro Jurong (ES), tem 85% de avanço nas obras e demandaria US\$ 150 milhões em dinheiro novo para ser concluída. Já a sonda Urca, do estaleiro Brasfels, de Angra dos Reis (RJ), está com quase 90% de avanço físico. A Sete tenta fazer com que esses dois estaleiros de Cingapura concluam as unidades com recursos captados no mercado asiático. Mas fontes consideraram difícil o aporte de novos recursos pelos estaleiros de Cingapura no projeto pois ambos já financiaram a construção com dinheiro próprio.

A falência tende a ser um cenário ruim para todos os envolvidos pois ampliaria ainda mais o litígio entre as partes, incluindo a própria Sete, sócios, credores e estaleiros, além da Petrobras, que é acionista e também seria a cliente única da Sete Brasil. A Petrobras continua sendo peça-chave para o desfecho do caso, na avaliação de fontes. Mas segundo interlocutores não haveria um movimento da estatal em prol da salvação. Fontes dizem que a estatal avalia que fez o que era possível pela empresa.

Existem atualmente arbitragens no país e no exterior envolvendo a Petrobras e investidores da Sete Brasil, que se sentiram prejudicados por terem investido na companhia de sondas a convite da estatal. A Sete Brasil e seus ex-administradores estão envolvidos nas denúncias de corrupção da Lava-Jato.

Em depoimento este mês ao juiz Sérgio Moro, em Curitiba, o ex-diretor da estatal, Renato Duque, disse que parte da propina arrecadada com os estaleiros contratados para fazer as sondas para a Petrobras eram divididos entre o PT, o ex-ministro José Dirceu e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Semana passada, Lula afirmou a Moro que o depoimento de Duque era uma tentativa de fabricar acusações contra ele.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Mercado espera por extensão do plano de corte da Opep**

Cresceu a pressão do mercado sobre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) para estender os cortes de produção que estão em vigor desde o início deste ano. Autoridades sauditas - maiores produtores do mundo - já declararam que vão fazer o necessário para que os estoques mundiais caiam.

Se os cortes não valerem para além do primeiro semestre, é possível que todo o efeito positivo aos preços oriundos da decisão desapareça, dizem analistas. O assunto deve ser tema de discussões na reunião do cartel no dia 25.

A casa de análise de dívida corporativa CreditSights opina, em relatório, que a Opep teria de segurar a produção durante boa parte de 2018, se quiser conter o excesso de oferta no mercado internacional. Segundo Brian Gibbons, analista, há hoje 3 milhões de barris ao dia em capacidade ociosa no mundo "só esperando no banco de reservas". "Se essa capacidade produtiva voltar ao mercado, vai prolongar a atual situação de sobreoferta e limitar o potencial de ganho para os preços do petróleo", diz. "Isso se não puxar a cotação significativamente para baixo."

Dados da Agência Internacional de Energia (AIE) mostram que o mundo produz cerca de 96 milhões de barris/dia. A expectativa da entidade é que fora da Opep esse nível suba cerca de 500 mil barris durante 2017. Ou seja, há seis vezes esse volume previsto em capacidade ociosa que pode ser ligada rapidamente.

Na visão da CreditSights, é bem provável que a Opep estenda e até aprofunde os cortes. "Se a confiança dos investidores realmente azedar e comprometer a eficácia do acordo por causa da alta da produção americana ou de temores quanto à demanda, esperamos que o cartel se prepare para cortes mais profundos."

Eugen Weinberg, do banco alemão Commerzbank, discorda. "[Aumentar o corte] faria sentido, dado o crescimento da produção nos EUA, mas causaria ao mesmo tempo perda de mercado. Então acreditamos que essa opção é menos provável", afirma. O analista ressalta, porém, que a Opep já dá sinais de que o corte será continuado para além do fim deste semestre, o prazo original. "Autoridades já garantiram que vão fazer o que for necessário para derrubar os estoques para a média dos últimos cinco anos", diz.

Hoje, o acordo prevê que a Opep reduza a produção em 1,2 milhão de barris por dia, frente ao nível do ano passado, e outras nações relevantes como a Rússia, em 600 mil barris diários.

Para Norbert Rücker, do banco suíço Julius Baer, os investidores estão muito mais focados nesse lado da oferta do que nas tendências de demanda. Os temores de excesso de produção com a atividade mais forte dos Estados Unidos exercem forte pressão.

O cenário para a demanda é positivo. A consultoria Capital Economics prevê que a recuperação do nível de emprego e de salários nos EUA vai sustentar a maior demanda por gasolina. Potencializa o efeito dessa procura maior por combustíveis o fato de a participação de caminhões leves no mercado local - menos eficientes e, por tanto, maiores consumidores de combustível - ter se elevado.

O maior problema hoje é o avanço do xisto nos EUA. A produção da área continental do país provavelmente subirá em 390 mil barris até o fim do ano se o WTI ficar com média de US\$ 50, calcula a Rystad Energy. E mesmo que a cotação fique em US\$ 40, a estimativa é de alta em 150 mil.

O Brent, com notícias de redução dos estoques nos EUA, subiu para US\$ 50,77 em Londres. O WTI para entrega em junho, em Nova York, avançou para US\$ 47,83.

De acordo com a Rystad, mesmo um recuo forte nos preços daria às empresas americanas espaço para seguir com o processo de tornar comerciais poços ainda não completamente perfurados, por conta da redução recente nos custos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho e Juliana Machado

Título: Petrobras prevê economia com redução de jornada de trabalho

A Petrobras calcula obter uma redução de custos de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões por ano com a proposta de redução de jornada de trabalho para funcionários da área administrativa da companhia. Segundo o diretor de Assuntos Corporativos da companhia, Hugo Repsold, cerca de 50% do público alvo já aderiu à iniciativa e ainda falta um mês para o fim das inscrições.

"Acreditamos que em torno de 70% a 80% do público alvo deva aderir. Esperamos redução de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões por ano com redução de jornada",

disse Repsold, em teleconferência com analistas sobre os resultados da empresa, na última sexta-feira.

A medida está em linha com a estratégia da companhia de redução de custos, que foi a tônica do resultado do primeiro trimestre deste ano, que reverteu um prejuízo de R\$ 1,246 bilhão, em igual período de 2016, para um lucro de R\$ 4,449 bilhões.

Com relação aos dois programas de incentivo ao desligamento voluntário (PIDVs) em andamento na companhia, a Petrobras espera ainda fazer o desligamento de 2,883 mil funcionários. Até o momento, segundo o diretor, cerca de 14,5 mil funcionários já deixaram a empresa, desde o lançamento do primeiro programa, em 2014. Outros 1,835 mil funcionários que haviam se inscrito na medida desistiram de deixar a empresa. No fim do primeiro trimestre, o sistema Petrobras somou 65,220 mil funcionários, com queda de 17% ante igual período de 2016.

Com relação aos resultados do primeiro trimestre da Petrobras, na avaliação do Bradesco BBI, o robusto fluxo de caixa livre orgânico da empresa e as recentes emissões de dívida reduzem a necessidade de curto prazo para desinvestimentos. "Nossa leitura é que a Petrobras pode negociar melhor os preços de projetos de desinvestimento daqui pra frente", afirmou o analista Filipe Gouveia, em relatório sobre o resultado da estatal.

Na teleconferência, o diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Ivan Monteiro, reafirmou, porém, que está mantida a meta de venda de ativos, de US\$ 21 bilhões para 2017/2018. Segundo o executivo, a companhia deve anunciar ainda no primeiro semestre a nova carteira de desinvestimentos. "Estamos trabalhando intensamente na aprovação da nova sistemática [de venda de ativos, conforme determinado pelo TCU]. Temos trabalhado na identificação e preparação de ativos e vendo a melhor forma de apresentar ao mercado".

Monteiro disse ainda acreditar que a eventual venda da Nova Transportadora do Nordeste (NTN), quando aprovada pela companhia, possa ter uma procura maior por interessados do que a registrada na venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), para a Brookfield. Ele destacou que a estatal adquiriu uma curva de aprendizado com o desinvestimento da NTS e que faz sentido para a Petrobras reduzir sua participação na indústria de gás natural, diante do cenário do mercado e da regulação do setor, que apontam para a tendência de diversificação de atores.

A Petrobras também reduziu, de US\$ 20 bilhões para US\$ 17 bilhões, o valor de investimentos previstos para este ano.

MME / ASCOM .